



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

TERMO DE REFERÊNCIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

1. OBIETO

1.1. Prestação de serviço de Seguro Total para veículos institucionais, do Tribunal Superior Eleitoral, consoante especificações, exigências e prazos constantes deste Termo de Referência.

2. IUSTIFICATIVA

2.1. O seguro de veículos da frota do TSE busca manter o equilíbrio financeiro orçamentário a fim de se evitar gastos com reparo ou aquisição de outro veículo, por consequência de um eventual sinistro. Justifica-se ainda a contratação proposta em atendimento ao Art. 18 da Instrução Normativa TSE nº 3, de 14 de setembro de 2009.

2.2. Conforme o disposto no inciso XIII, do artigo 6º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a contratação em tela pode ser caracterizada como de serviços comuns, visto tratar de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade se encontram, objetivamente, definidos no edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

2.3. A presente contratação com as necessidades a ser atingidas e demais questões afetas a este Termo de Referência foram apresentadas nos DOD 2812156 e DOD 2870078.

2.4. As estimativa das quantidades a ser contratadas se justificam pelos Contrato TSE nº 79/2022 (2589841), vigente até 06/09/2024, e Contrato TSE nº 40/2023 (2684114), vigente até 24/11/2024, os quais serão substituídos pela presente contratação visando à continuidade da prestação de serviços de transporte e à preservação dos veículos da frota do Tribunal Superior Eleitoral.

2.5. Franquia Normal ou Obrigatória significa uma franquia média e o valor do seguro anual um pouco mais barato se comparado com a franquia reduzida.

2.6. A prestação deste serviço se enquadra como de natureza continuada, uma vez que são decorrentes de necessidades permanentes, pois sua interrupção comprometerá a prestação de serviços de condução de veículos oficiais do tribunal, atividade contratada como serviço contínuo, Contrato TSE n.º 02/2024 (2740701), de acordo com o definido no art. 6º, inciso XV da Lei 14.133/2021.

3. ESPECIFICAÇÃO E FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO A SER EXECUTADO

Tabela - Contratação por Grupos			
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
1	Prestação de serviço de Seguro Total para veículos MICROONIBUS NACIONAL marca VOLARE, modelo W9, diesel, potência 150 CV, 04 tempos, injeção eletrônica, direção hidráulica, capacidade para 28 passageiros, cor branca, ano FAB/MOD 2011, Carroceria Marcopolo, sendo: Placa JIF 0641, CHASSI 93PB40E3PBC036761 Placa JIF 0631, CHASSI 93PB40E3PBC036762 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 1.900 Km Bonificação atual: classe 07/30	Veículo	02
2	Prestação de serviço de Seguro Total para veículos marca FIAT, ano de FAB/MOD 2011, modelo DUCATO MULTIJET ECONOMY TB, tração 4x2, 4 portas, diesel, cor branca, ar- condicionado, direção hidráulica, tacógrafo digital potência 125 CV, capacidade 16 passageiros, sendo: Placa JID 9809, CHASSI 93W244M24B2072791 Placa JIL 5841, CHASSI 93W244M24B2073399 Placa JJU 7991, CHASSI 93W244M24B2073097 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 7.000 Km Bonificação atual: classe 07/30	Veículo	03
3	Prestação de serviço de Seguro Total para veículo NISSAN / FRONTIER LE 25, 4X4, ano de FAB/MOD. 2010/2010, 172 CV. CAMINHONETE/ ABERTA / CABINE DUPLA, Diesel, ar- condicionado, travas elétricas, cor preta, 05 portas capacidade para 05 passageiros, sendo: Placa JHY 9809, CHASSI 94DVCUD40AJ560342 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 3.000 Km Bonificação atual: classe 07/30	Veículo	01
4	Prestação de serviço de Seguro Total para veículo marca FORD, modelo FIESTA/SEDAN, ano FAB/MOD. 2011, 1.6 Flex, cor branca, 04 portas, gasolina/álcool, direção hidráulica, ar- condicionado, travas elétricas, alarme, 04 cilindros, potência 101CV, capacidade 05 passageiros, sendo: Placa JIL 0732, CHASSI 9BFZF54P3B8166825 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 10.000 Km Bonificação atual: classe 06/25	Veículo	01
5	Prestação de serviço de Seguro Total para veículos marca Hyundai, modelo AZERA GLS 3.0 V-6 Automático, ANO/MOD. 2014/2015, Potência 250 CV, Capacidade 5 passageiros, Gasolina, Cor Preta, Vidro Elétrico, Trava Elétrica, 06 cilindros, sendo: Placa PQJ 2294, CHASSI KMHFH41HBFA442058 Placa PQJ 2284, CHASSI KMHFH41HBFA441185 Placa PQJ 2304, CHASSI KMHFH41HBFA442178 Placa PQJ 2314, CHASSI KMHFH41HBFA441217 Placa PQJ 2334, CHASSI KMHFH41HBFA441311 Placa PQJ 2354, CHASSI KMHFH41HBFA442322 Placa PQJ 4354, CHASSI KMHFH41HBFA441280 Placa PQJ 4364, CHASSI KMHFH41HBFA441313 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 11.000 Km Bonificação atual: classe 04	Veículo	08
6	Prestação de serviço de Seguro Total para veículos marca FORD, modelo FIESTA/SEDAN, ano FAB/MOD. 2011, 1.6 Flex, cor branca, 04 portas, gasolina/álcool, direção hidráulica, ar- condicionado, travas elétricas, alarme, 04 cilindros, potência 101CV, capacidade 05 passageiros, sendo: Placa JIL 0672, CHASSI 9BFZF54P2B8166721 Placa JIL 0692, CHASSI 9BFZF54P4B8166719 Placa JIL 0722, CHASSI 9BFZF54P2B8166556 Placa JIL 0742, CHASSI 9BFZF54P9B8166831 Placa JIL 0752, CHASSI 9BFZF54P9B8166828 Placa JIL 0762, CHASSI 9BFZF54PXB8166613 Bonificação atual: classe 06 Placa JIL 0702, CHASSI 9BFZF54PXB8166823 Bonificação atual: classe 07/30 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 11.000 Km	Veículos	07
7	Prestação de serviço de Seguro Total para veículo, marca FIAT, ano de FAB/MOD 2010/2011, modelo DUCATO, VAN MINIBUS 2.3 , MULTIJET ECONOMY TB, tração 4x2, 4 portas, diesel, cor branca, ar-condicionado, direção hidráulica, tacógrafo digital potência 125 CV, capacidade 16 passageiros, sendo: Placa JIL 0632, CHASSI 93W244M24B2068134 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 7.000 Km Bonificação atual: classe 06/25	Veículo	01
8	Prestação de serviço de Seguro Total para veículo marca Wolkswagen, tipo CAMINHÃO COM BAÚ alumínio, ano FAB/MOD 2008, modelo 9.150 WORKER, movido à diesel, potência 150 CV plataforma elevatória, sendo: Placa JFO 5320, CHASSI 9BWGA62R58R830156 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 3.000 Km Bonificação atual: classe 10/30	Veículo	01

9	Prestação de serviço de Seguro Total para veículo marca Ford, modelo Focus, ano 2012/2013, flex, 4 portas, 148 cv, cor preta, sendo: Placa JKP 8110, CHASSI 8AFTZZFFCDJ107996 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 8.000 Km Bonificação atual: classe 02	Veículo	01
10	Prestação de serviço de Seguro Total para veículos marca Mercedes - Benz, modelo SPRINTER M 417 15+1 lugares, , ano 2023/2024, sendo: Placa SGT 8F81, Chassi 8AC907843RE231935 Placa SGT 8F77, Chassi 8AC907843RE232994 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 8.000 Km Bonificação atual: classe 01	Veículo	02

3.2. O presente Termo de Referência tem como objetivo a prestação de serviços de Seguro Total para os veículos relacionados no item 3.1 e deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a concessionária/oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional.

3.3. O Seguro da frota deverá ser compreensivo e deverá cobrir:

3.3.1. Colisão, Incêndio, Roubo, Furto, Guincho com quilometragem ilimitada (dentro do território nacional), e Alagamento;

3.3.2. RCF (Responsabilidade Civil e Facultativa);

3.3.3. APP (Acidente por Passageiro).

3.4. Farão parte da Composição do preço do Seguro, os seguintes itens:

3.4.1. IS (Importância Segurada pelo Veículo, referente a 100% da tabela FIPE para cada veículo). Considerar para efeito de cálculo do valor do seguro a publicação do mês da abertura das propostas de preços, no certame licitatório.

3.4.2. RCF DM (Danos Materiais de Terceiros)
- Valor mínimo: R\$ 40.000,00

3.4.3. RCF DP (Danos Pessoais de Terceiros):
- Valor mínimo: R\$ 40.000,00

3.4.4. APP Morte (por pessoa):
- Valor mínimo: R\$ 10.000,00

3.4.5. APP Invalidez (por pessoa):
- Valor mínimo: R\$ 10.000,00

3.4.6. Assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, disponível durante 7 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ao ano, com sistema 0800 – Discagem Direta Gratuita – (DDG), mesmo que a ligação seja originada de aparelho celular e/ou aplicativo para dispositivos móveis, com reboque ou transporte do veículo segurado, em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina que atenda aos reparos necessários, com quilometragem limitada a 2.000 Km, no mínimo, (dentro do território nacional) a partir do local do acontecimento.

3.4.7. Cobertura a danos nos vidros, faróis e retrovisores dos veículos segurados, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação pela Administração de toda a documentação exigida pela seguradora, salvo motivo de força maior ou caso fortuito.

3.5. DA APÓLICE

3.5.1. A empresa deverá emitir uma única apólice.

3.5.2. A empresa deverá entregar a apólice na Seção de Transporte - Setran do TSE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a partir do início da vigência do contrato.

3.5.3. Para a emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, o prazo de entrega será de 15 (quinze) dias corridos a contar de pedido expresso pela fiscalização do TSE.

3.6. DA FRANQUIA

3.6.1. A **franquia** considerada é a **NORMAL**, observado, no entanto, o seguinte:

3.6.1.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

3.6.1.2. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.

3.6.1.3. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo segurado, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo; caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, Seguridade Social, FGTS e trabalhista regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

3.7. DO ENDOSSO

- 3.7.1.** Quaisquer alterações na apólice de seguro, como por exemplo: inclusão, substituição e exclusão de veículos, poderão ser requeridas pelo CONTRATANTE, as quais serão processadas pela CONTRATADA, por meio de endosso.
- 3.7.2.** Poderão ser solicitadas, mediante emissão de endosso, alteração do número de chassi e placa de veículo emitidos erroneamente na apólice de seguro, dentre outras correções, durante o período de vigência da apólice.
- 3.7.3.** Havendo necessidade de inclusão, substituição ou exclusão de veículo na apólice de seguro, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total a ser pago ou o valor a ser restituído ao CONTRATANTE.
- 3.7.4.** A devolução de valores ao CONTRATANTE deverá ser realizada mediante pagamento de Guia de Recolhimento à União - GRU, no prazo de sessenta dias corridos da emissão do documento de endosso, devendo a CONTRATADA enviar ao CONTRATANTE o comprovante correspondente.

3.8. PRAZO PARA INICIAR A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.8.1.** Iniciar a execução dos serviços imediatamente, a partir do início da vigência do contrato, observando-se que o seguro deverá ter validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

3.9. DA UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DO TSE

- 3.9.1.** Os veículos são conduzidos por servidores do Tribunal e motoristas terceirizados e permanecem recolhidos em garagem fechada e privativa do TSE.
- 3.9.2.** Todos os motoristas do TSE têm idade superior a 25 (vinte e cinco) anos.

3.10. FORMAS DE COMUNICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 3.10.1.** A comunicação entre o TSE e a Contratada durante a execução do contrato, far-se-á, preferencialmente, por meio do preposto designado pela contratada.
- 3.10.2.** Poderão ser utilizados para a comunicação:
- 3.10.2.1.** Ofícios;
 - 3.10.2.2.** Ordens de Serviço;
 - 3.10.2.3.** Mensagens escritas;
 - 3.10.2.4.** Relatórios de Medição e Relatórios em geral;
 - 3.10.2.5.** Termos de Recebimento;
 - 3.10.2.6.** Cartas; e
 - 3.10.2.7.** Demais documentos previstos em contrato ou neste Termo de Referência.
- 3.10.3.** Sem prejuízo da necessidade de realização de reuniões periódicas, as comunicações devem se dar, preferencialmente, da seguinte maneira:
- 3.10.3.1.** Questões administrativas durante a execução do contrato, que exijam comunicação formal:
 - 1. Meio de Comunicação: correspondência física ou eletrônica, com aviso e/ou confirmação de recebimento, pessoalmente, por correio, ou por sistema informatizado de correio eletrônico;
 - 2. Periodicidade: eventual ou conforme prazos previstos em contrato ou neste Termo de Referência.
 - 3.10.3.2.** Questões técnicas e/ou administrativas cotidianas, durante a execução do contrato:
 - 1. Meio de Comunicação: correspondência eletrônica, telefone, sistemas ou qualquer outro forma acordada entre as partes, definidas na reunião inaugural;
 - 2. Periodicidade: sempre disponível, em dias úteis, entre 9h e 19h.
 - 3.10.3.3.** Assistência Técnica e Comunicação de Sinistro.
 - 1. Meio de Comunicação: telefone 0800 (Discagem Gratuita) e/ou aplicativo para dispositivos móveis;
 - 2. Periodicidade: tempo integral (24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana, 365 dias no ano).

4. RECEBIMENTO E PAGAMENTO

4.1. RECEBIMENTO

- 4.1.1.** O recebimento do objeto contratado se dará da seguinte forma:
- a) provisoriamente: por meio do Termo de Recebimento Provisório (TRP) - Anexo I-II deste Termo de Referência, emitido pelo fiscal técnico em até 3 (três) dias úteis contados do recebimento da apólice, no prazo previsto no item 3.5.2 deste Termo de Referência.

b) definitivamente: após a emissão do TRP, o fiscal técnico terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para emitir o Termo de Recebimento Definitivo - TRD e remeter o processo ao fiscal administrativo. O TRD compreenderá a verificação da conformidade do objeto aos termos contratuais, com fundamento no trabalho feito pelo gestor ou pelo fiscal técnico e na verificação dos outros aspectos do contrato que não a execução do objeto propriamente dito, por meio das análises e conclusões dos quesitos previstos na Lista de Verificação, Anexo I-II deste Termo de Referência.

4.1.2.

4.1.2.1. O Termos de Recebimento evidenciarão as avaliações e conclusões realizadas pela fiscalização sobre a conformidade dos serviços prestados, de acordo com o Anexo I-II - Listas de Verificação, compreendendo a verificação dos seguintes aspectos:

- a) conferência do quantitativo contratado;
- b) conferência da apólice, conforme a especificação prevista neste Termo de Referência e na proposta de preço;
- c) cumprimento das demais obrigações previstas neste Termo de Referência.

4.1.2.2. Todas as evidências de descumprimento das obrigações assumidas, no todo ou em parte, pela Contratada deverão constar do TRD para viabilizar a apuração da importância exata a pagar.

4.1.3. A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais empregados, além de cumprir quaisquer obrigações pendentes apontadas pela Fiscalização Técnica, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

4.1.3.1. Decorrido o prazo ou sanada a incorreção apontada pela fiscalização será reaberto novo prazo para emissão do TRD, nos termos do item 4.1.1.

4.1.4. O TRD contemplará também:

- a) todas as evidências de descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, no todo ou em parte;
 - a.1) no caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e/ou quantidade, deverá estar indicada no TRD a parcela incontroversa, a qual deve ser liberada para pagamento, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.
- b) emissão de termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base em relatórios e documentação apresentados; e
- c) comunicação à empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

4.1.5. A Contratada deverá entregar o recibo/boleto no valor do prêmio de seguro a ser pago, conjuntamente, com a apólice, no prazo previsto no item 3.5.2.

4.1.6. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

4.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá da contratada a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.2. PAGAMENTO

4.2.1. O pagamento será efetuado, anualmente, em parcela única até o 10º (décimo) dia útil, **após** do atesto da nota fiscal/fatura pelo servidor responsável, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da contratada, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei nº 14.133/21.

4.2.1.1. O atesto do **objeto contratual executado** se dará pelo fiscal administrativo, designado pela autoridade competente, por meio da emissão de Nota Técnica de Atesto (NTA). O fiscal administrativo terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para emitir a NTA e remeter o processo à unidade técnica responsável pelo pagamento, a partir do recebimento do documento fiscal, do Termo de Recebimento Definitivo - TRD e dos demais documentos exigidos em contrato para liquidação e pagamento da despesa.

4.2.1.2. Ficará suspenso o prazo para emissão da NTA, pelo período definido pela fiscalização, nos casos em que a Contratada for notificada a apresentar esclarecimentos e documentos. Após o prazo estabelecido, caso a contratada não sane as pendências, a fiscalização administrativa indicará a correspondente ressalva na NTA, e a liquidação poderá seguir com possibilidade de aplicação de glosas/sobrestamentos, até que haja os devidos esclarecimentos/comprovações.

4.2.1.3. O pagamento a ser efetuado em favor da **CONTRATADA**, em conta corrente previamente informada, estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais.

4.2.1.4. Na fase de liquidação e pagamento da despesa, a unidade de execução orçamentária e financeira realizará consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou nos sítios de cada órgão regulador, com fins de verificar a regularidade da contratada perante a Seguridade Social e a Fazenda Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Justiça Trabalhista.

5. OBRIGAÇÕES

5.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1.1. Executar, com observação dos prazos e exigências, todas as obrigações constantes deste Termo de Referência.

5.1.2. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da execução dos serviços objetos deste Termo de Referência.

5.1.3. Informar, no momento da formalização da contratação, o nome do responsável (preposto), os contatos de telefone, e-mail ou outro meio hábil para comunicação com o TSE, bem como manter os dados atualizados durante toda a execução contratual, conforme Anexo I-III deste Termo e **observado o disposto no item 3.10 deste Termo de Referência.**

5.1.4. Acatar as recomendações efetuadas pela fiscalização do contrato.

5.1.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto do Termo de Referência.

5.1.6. Fazer com que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina durante o período de permanência nas dependências do TSE, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários (shorts, chinelos de dedo, camisetas regatas ou sem camisa).

5.1.7. Comunicar ao TSE, imediatamente, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.

5.1.8. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo TSE, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à contratada, durante e após a vigência do contrato, **observados ainda, no que couber, as diretrizes vigentes adstritas à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e à Resolução CD/ANPD nº 2/2022, conforme disposto na cláusula - DA PROTEÇÃO DE DADOS do instrumento de contrato.**

5.1.9. Manter, durante a execução do contrato as condições de habilitação exigidas na licitação.

5.1.9.1. Verificadas irregularidades nas condições que ensejaram sua habilitação quanto à regularidade fiscal, a contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação da fiscalização, para regularizar a situação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo da rescisão do contrato a critério da Administração.

5.1.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.1.10.1. A inadimplência da contratado em relação aos encargos suportados não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

5.1.11. Proporcionar cobertura mesmo nos casos em que não for possível a realização de perícia policial.

5.1.12. Efetuar o ressarcimento do valor segurado, no caso de ocorrência de sinistro, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação pela Administração de toda a documentação exigida pela seguradora, salvo motivo de força maior ou caso fortuito a partir da data pactuada.

5.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

5.2.2. Designar servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do objeto contratual.

5.2.3. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas, nos termos de normativo do TSE que disponha sobre os processos de contratação no âmbito do Tribunal.

5.2.4. Permitir que os funcionários da contratada, desde que devidamente identificados, tenham acesso aos locais de execução dos serviços.

5.2.5. Recusar qualquer serviço entregue em desacordo com as especificações constantes desse Termo de Referência ou com defeito.

5.2.6. Realizar reunião inaugural antes do início efetivo da prestação dos serviços entre a fiscalização e a contratada.

5.2.7. Efetuar o pagamento à contratada, segundo as condições estabelecidas nesse Termo de Referência.

5.2.8. Prestar as informações e os esclarecimentos referentes a sinistro que venha a ocorrer com os veículos segurados.

5.2.9. Em caso de sinistro, efetuar o pagamento do valor referente à franquia, prioritariamente à concessionária/oficina que promoveu o conserto do veículo; caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, Seguridade Social, FGTS e trabalhista regular, o pagamento da franquia será efetuado à seguradora emitente da apólice que se responsabilizará pelo repasse.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1.1. O contrato terá vigência a partir de 07/09/2024, para os itens de 1 a 9, e vigência a partir de 25/11/2024, para o item 10, e duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. A contratante terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

6.1.3. A extinção mencionada no item 6.1.2 deste Termo de Referência ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

6.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.2.1. Comprovar, como condição para contratação, não possuir inscrição no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (Portaria Interministerial MTPS/MM/IRDH nº 4/2016).

6.2.1.1. A comprovação desse critério será efetuada a partir da consulta ao Cadastro acima mencionado, no sítio eletrônico (<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro-de-empregadores.pdf>), no qual consta lista emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

6.2.2. Comprovar, como condição para contratação, não ter sido condenada, a adjudicatória e seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao que está previsto no art. 1º e no art. 170 da Constituição Federal de 1988; no art. 149 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, (promulga o Protocolo de Palermo) e nas Convenções nºs 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

6.2.2.1. Deverá ser apresentada Certidão Judicial de Distribuição ("nada consta" ou "certidão negativa"), **da esfera criminal, da Justiça Comum, Federal e Estadual**, da adjudicatória e de seus dirigentes.

6.2.3. Comprovar, como condição para contratação, caso a empresa possua 100 (cem) ou mais empregados, atender ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, que determina a obrigatoriedade do preenchimento de 2 a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou com pessoas com deficiência habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados: 2%;

II - de 201 a 500: 3%;

III - de 501 a 1.000: 4%; e

IV - de 1.001 em diante: 5%.

6.2.3.1. A comprovação será feita mediante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do Inciso IV do Art. 63 da Lei 14.133/2021.

6.2.3.2. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

6.2.3.3. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1. É vedado transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

6.4. VISTORIA

6.4.1. O TSE facultará a realização de vistoria nos veículos às empresas interessadas em concorrer, com fins de análise e elaboração de suas propostas.

6.4.2. A vistoria poderá ser realizada por empregado, sócio ou prepostos da empresa, em dias úteis, de 10 às 18 horas e agendada com antecedência mínima de 2 horas pelos telefones 3030-7178 ou 3030-9207, na Seção de Transporte - Setran da Coordenadoria de Material Patrimônio e Logística - COMPL, sala V403, situada no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 07, lotes 1 e 2, Bairro Zona Cívica Administrativa, Brasília - DF, podendo ser realizada até a data de abertura das propostas.

6.4.3. Não será permitida vistoria de duas ou mais empresas concomitantemente.

6.4.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

ANEXO I-I - MODELO DE PROPOSTA

MODELO DE PROPOSTA (Conforme Anexo I-I)					
Razão Social:				E-mail:	
Endereço:		Cidade:		CEP:	
Planilhas de formação de preços:					
Tabela - Contratação por Grupos					
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Prestação de serviço de Seguro Total para veículos MICROONIBUS NACIONAL marca VOLARE, modelo W9, diesel, potência 150 CV, 04 tempos, injeção eletrônica, direção hidráulica, capacidade para 28 passageiros, cor branca, ano FAB/MOD 2011, Carroceria Marcopolo, sendo: Placa JIF 0641, CHASSI 93PB40E3PBC036761 Placa JIF 0631, CHASSI 93PB40E3PBC036762 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 1.900 Km Bonificação atual: classe 07/30	Veículo	2		
2	Prestação de serviço de Seguro Total para veículos marca FIAT, ano de FAB/MOD 2011, modelo DUCATO MULTIJET ECONOMY TB, tração 4x2, 4 portas, diesel, cor branca, ar- condicionado, direção hidráulica, tacógrafo digital potência 125 CV, capacidade 16 passageiros, sendo: Placa JID 9809, CHASSI 93W244M24B2072791 Placa JIL 5841, CHASSI 93W244M24B2073399 Placa JIU 7991, CHASSI 93W244M24B2073097 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 7.000 Km Bonificação atual: classe 07/30	Veículo	3		
3	Prestação de serviço de Seguro Total para veículo NISSAN / FRONTIER LE 25, 4X4, ano de FAB/MOD. 2010/2010, 172 CV. CAMINHONETE/ ABERTA / CABINE DUPLA, Diesel, ar- condicionado, travas elétricas, cor preta, 05 portas capacidade para 05 passageiros, sendo: Placa JHY 9809, CHASSI 94DVCUD40AJ560342 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 2.000 Km Bonificação atual: classe 07/30	Veículo	1		
4	Prestação de serviço de Seguro Total para veículo FIESTA SEDAN, ano FAB/MOD. 2011, 1.6 Flex, cor branca, 04 portas, gasolina/álcool, direção hidráulica, ar-condicionado, travas elétricas, alarme, 04 cilindros, potência 101CV, capacidade 05 passageiros, sendo: Placa JIL 0732, CHASSI 9BFZF54P3B8166825 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 2.000 Km Bonificação atual: classe 06/25	Veículo	1		
5	Prestação de serviço de Seguro Total para veículos marca Hyundai, modelo AZERA GLS 3.0 V-6 Automático, ANO/MOD. 2014/2015, Potência 250 CV, Capacidade 5 passageiros, Gasolina, Cor Preta, Vidro Elétrico, Trava Elétrica, 06 cilindros, sendo: Placa PQJ 2294, CHASSI KMHFH41HBFA442058 Placa PQJ 2284, CHASSI KMHFH41HBFA441185 Placa PQJ 2304, CHASSI KMHFH41HBFA442178 Placa PQJ 2314, CHASSI KMHFH41HBFA441217 Placa PQJ 2334, CHASSI KMHFH41HBFA441311 Placa PQJ 2354, CHASSI KMHFH41HBFA442322 Placa PQJ 4354, CHASSI KMHFH41HBFA441280 Placa PQJ 4364, CHASSI KMHFH41HBFA441313 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 11.000 Km Bonificação atual: classe 04	Veículo	8		

6	Prestação de serviço de Seguro Total para veículos FIESTA SEDAN, ano FAB/MOD. 2011, 1.6 Flex, cor branca, 04 portas, gasolina/álcool, direção hidráulica, ar-condicionado, travas elétricas, alarme, 04 cilindros, potência 101CV, capacidade 05 passageiros, sendo: Placa JIL 0672, CHASSI 9BFZF54P2B8166721 Placa JIL 0692, CHASSI 9BFZF54P4B8166719 Placa JIL 0722, CHASSI 9BFZF54P2B8166556 Placa JIL 0742, CHASSI 9BFZF54P9B8166831 Placa JIL 0752, CHASSI 9BFZF54P9B8166828 Placa JIL 0762, CHASSI 9BFZF54PXB8166613 Bonificação atual: classe 06 Placa JIL 0702, CHASSI 9BFZF54PXB8166823 Bonificação atual: classe 07/30 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 11.000 Km	Veículo	7		
7	Prestação de serviço de Seguro Total para veículo, marca FIAT, ano de FAB/MOD 2010/2011, modelo DUCATO, VAN MINIBUS 2.3 , MULTIJET ECONOMY TB, tração 4x2, 4 portas, diesel, cor branca, ar-condicionado, direção hidráulica, tacógrafo digital potência 125 CV, capacidade 16 passageiros, sendo: Placa JIL 0632, CHASSI 93W244M24B2068134 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 7.000 Km Bonificação atual: classe 06/25	Veículo	1		
8	Prestação de serviço de Seguro Total para veículo marca Wolkswagen, placa JFO 5320, tipo CAMINHÃO COM BAÚ alumínio, ano FAB/MOD 2008, modelo 9.150 WORKER, movido à diesel, potência 150 CV plataforma elevatória, sendo: Placa JFO 5320, CHASSI 9BWGA62R58R830156 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 3.000 Km Bonificação atual: classe 10/30	Veículo	1		
9	Prestação de serviço de Seguro Total para veículo marca Ford, modelo Focus, ano 2012/2013, flex, 4 portas, 148 cv, cor preta, sendo: Placa JKP 8110, CHASSI 8AFTZZFFCDJ107996 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 8.000 Km Bonificação atual: classe 02	Veículo	1		
10	Prestação de serviço de Seguro Total para veículos marca Mercedes - Benz, modelo SPRINTER M 417 15+1 lugares, , ano 2023/2024, sendo: Placa SGT 8F81, Chassi 8AC907843RE231935 Placa SGT 8F77, Chassi 8AC907843RE232994 Média de Quilometragem Anual Percorrida: 8.000 Km Bonificação atual: classe 01	Veículo	2		
VALOR TOTAL DO CONTRATO					
* A licitante deve detalhar a especificação do objeto.					
Declarações: I) Esta empresa declara que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços. II) Esta empresa declara que nos preços propostos acima estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto desta Licitação. III) Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos					
Validade da Proposta: O prazo de validade desta proposta é de (<não inferior a 60 dias>) dias, contados da data de abertura do Pregão.					
Local e data _____ Nome do Responsável Legal Cargo/Função					

Observações para o Preenchimento da Proposta pelas Empresas:

1) A tabela da proposta deverá ser ajustada, preenchendo-se as linhas e colunas de acordo com os itens e/ou grupos para os quais a empresa tenha ofertado a melhor proposta, com o detalhamento do objeto a ser fornecido, observadas as especificações contidas no Termo de Referência.

ANEXO I-II - LISTAS DE VERIFICAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO			
Processo SEI Relacionado: Contratada: CNPJ nº: Contrato TSE nº: Objeto: Prestação de serviço de Vigência:			
Fiscalização: Memorando nº (SEI nº) Fiscal Técnico Titular: Fiscal Técnico Substituto:			
LISTA DE VERIFICAÇÃO			
ITEM	ANÁLISE DOS ASPECTOS DE EXECUÇÃO E ENTREGA:	SIM	NÃO
1	A CONTRATADA iniciou os serviços no prazo previsto?		
2	Os serviços foram entregues dentro do prazo previsto?		
RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS			
RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO OBJETO			
Diante da entrega dos serviços pela CONTRATADA e observada a posterior avaliação detalhada dos aspectos quantitativos e qualitativos a ser efetuada durante o Recebimento Definitivo, essa fiscalização decide por:			
☐ RECEBER PROVISORIAMENTE O OBJETO, RESSALVADAS EVENTUAIS OCORRÊNCIAS DESCRITAS NESTE DOCUMENTO.			
☐ NÃO RECEBER PROVISORIAMENTE O OBJETO.			

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO				
Processo SEI Relacionado: Edital de Licitação TSE nº: Contratada: CNPJ nº: Contrato TSE nº: Objeto: Prestação de serviço de Vigência:				
Fiscalização: Memorando nº (SEI nº) Fiscal Técnico Titular: Fiscal Técnico Substituto:				
ITEM	CRITÉRIO DE CONFERÊNCIA	SIM	NÃO	N/A
1	ASPECTOS QUANTITATIVOS DO SERVIÇO:			
1.1	A prestação dos serviços pela Contratada abrangeu o que foi estipulado no Termo de Referência ?			
1.2	A apólice de seguro foi emitida, contemplando todos os itens da contratada vencedora?			
2	ASPECTOS QUALITATIVOS DO SERVIÇO:			
2.1	A Contratada atendeu à solicitação de reparo de veículo, conforme apólice do seguro?			
2.2	Contratada iniciou a execução dos serviços, em conformidade com a apólice de seguro?			
3	OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS:			
3.1	A contratada entregou o recibo/boleto no valor do prêmio de seguro a ser pago dentro do prazo estipulado no Termo de Referência?			
HOUVE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES? SEI nº:				
RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS				
RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO Efetuada a análise de conformidade do objeto com as especificações do Termo de Referência e do instrumento contratual, quanto aos aspectos quantitativos, qualitativos e de obrigações contratuais, a fiscalização decide, ressalvadas eventuais observações contidas no Relatório de Ocorrências, por:				
RECEBER DEFINITIVAMENTE O OBJETO				
NÃO RECEBER DEFINITIVAMENTE O OBJETO				

ANEXO I-III - DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO	
A empresa Nome da Empresa , com sede na Endereço da empresa , na cidade de Cidade , (UF), CNPJ nº 000.000.000/0000-0 , neste ato representada pelo seu Cargo do Representante , Senhor(a) Nome do Representante portador(a) da Carteira de Identidade nº Identidade do Representante , CPF nº CPF do Representante , em atenção ao art. 44 da IN MPDG nº 5/2017, DESIGNA, o(a) Senhor(a) Nome do Colaborador , portador(a) da Carteira de Identidade nº Identidade do Colaborador , CPF nº CPF do Colaborador , para atuar como preposto no âmbito do Contrato TSE nº xx/xxxx .	
2. O preposto designado representará a empresa perante o Tribunal Superior Eleitoral, zelará pela boa execução do objeto contratual, exercendo os seguintes poderes e deveres:	
a)	Ser acessível ao Contratante, por intermédio do email e dos números de telefone fixo e celular informados neste formulário.
b)	Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato.
3. A comunicação entre o preposto e o Tribunal Superior Eleitoral será efetuada por meio dos telefones fixo (DDD) 00000-0000 e celular (DDD) 00000-0000 ou do e-mail email@email.com.br . 4. A Nome da Empresa compromete-se a manter atualizados, durante toda fase de execução da contratação, os contatos de telefone e e-mail para comunicação com o Tribunal Superior Eleitoral.	

ANEXO I-IV - PENALIDADES

1. Nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

20240000009288-3

Documento nº 2359119 v3

Documento nº 2973077 v12

- 1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
2. Ao responsável pela prática de quaisquer dos atos tipificados como infração administrativa, será aplicada sanção de:
- 2.1 advertência, na ocorrência de causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 2.2 multa, na ocorrência de quaisquer das infrações administrativas previstas no item 1 desta Cláusula.
- 2.3 impedimento de licitar e contratar, na ocorrência das condutas previstas nos itens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 desta Cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 2.3.1 nesta hipótese, o responsável será impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- 2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, na ocorrência das condutas previstas nos itens 1.8, 1.9, 1.10, 1.11 e 1.12, bem como nos itens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 desta Cláusula, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 2.4.1 nesta hipótese, o responsável será impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
3. Para efeito de aplicação de advertência e multa, às infrações são atribuídos regras, conforme a tabela a seguir:

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA	
GRAU	PERCENTUAL
1	Advertência
2	Multa de 0,5% sobre o valor total do contrato
3	Multa de 1% sobre o valor total do contrato
4	Multa de 2% sobre o valor total do contrato
5	Multa de 4% sobre o valor total do contrato
6	Multa de 8% sobre o valor total do contrato

TABELA DE INFRAÇÃO				
ITEM	DESCRIÇÃO	INCIDÊNCIA	LIMITE MÁXIMO DE APLICAÇÃO DA PENALIDADE	GRAU
1	Deixar de cumprir quaisquer das obrigações previstas no termo de referência ou no edital e não elencadas nesta tabela de multas.	Por ocorrência	1 (uma) ocorrência por obrigação	1
2	Reincidir no descumprimento da mesma obrigação anteriormente punida com advertência.	Por ocorrência	3 (três) ocorrências	2
3	Deixar de cumprir o prazo para iniciar ou entregar os serviços contratados.	Por dia	10 (dez) dias corridos	3
4	Não efetuar a cobertura de danos nos vidros, faróis e retrovisores dos veículos segurados.	Por dia ou Por ocorrência	2(duas) ocorrências ou 15 (dias) dias corridos por ocorrência	4
5	Deixar de efetuar o ressarcimento do valor segurado, no caso de ocorrência de sinistro, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação pela Administração de toda a documentação exigida pela seguradora, salvo motivo de força maior ou caso fortuito.	Por dia	10(quinze) dias corridos	4
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	Por ocorrência	2(duas) ocorrências	5
7	Permitir situação que cause ou crie perigo de dano físico ou lesão corporal.	Por ocorrência	1 (uma) ocorrência	6

4. Ultrapassado o limite máximo de aplicação da penalidade previsto na tabela de infração, a Administração poderá optar por uma das seguintes hipóteses:

4.1. Presente o interesse público, aceitar a continuidade da prestação do serviço mediante justificativa com aplicação apenas da multa de mora e/ou convencional. A continuidade da prestação do serviço só será possível mediante demonstração nos autos de que sua recusa causará prejuízo à Administração.

4.2. Caso os serviços ainda não tenham sido recebidos pelo Contratante, no todo ou em parte, recusar o objeto e rescindir o contrato, configurando sua inexecução total, com aplicação de multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor total contratado, sem prejuízo das demais consequências previstas em lei e no instrumento contratual.

4.3. Caso parte do objeto já tenha sido recebido pelo Contratante, rescindir o contrato e recusar o restante do objeto, se aplicável, configurando sua inexecução parcial, com a aplicação de multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor total contratado, sem prejuízo das demais consequências previstas em lei e no instrumento contratual.

4.4. As multas de mora ou convencional não serão cumuladas com a multa compensatória proveniente de inexecução contratual pela mesma infração. A multa de mora ou convencional que já tiver sido quitada poderá ter seu valor abatido do montante apurado da multa compensatória, desde que decorrentes da mesma infração/ocorrência.

5. Na aplicação das penalidades, a Autoridade Competente poderá considerar, além das previsões legais, contratuais e dos Princípios da Administração Pública, as seguintes circunstâncias:

- 5.1. a natureza e a gravidade da infração contratual;
- 5.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes; e
- 5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- 5.6. a vantagem auferida pela contratada em virtude da infração;
- 5.7. os antecedentes da contratada.

6. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela contratada, ficando a aceitação da justificativa a critério do TSE, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.

7. Se a contratada não recolher o valor da multa que lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o art. 156 da Lei nº 14.133/2021, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês.

8. A recusa da licitante vencedora em assinar o contrato ou aceitar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração será considerada como inexecução total da obrigação assumida, ensejando a aplicação das sanções previstas em lei e no Edital da Licitação e a imediata perda da garantia de proposta em favor do TSE, quando for o caso.

9. As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, nos termos do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

10. O período de atraso será contado em dias corridos, salvo disposição em contrário.

11. As multas de mora e por inexecução parcial, quando aplicadas em razão de descumprimento contratual, não ultrapassarão o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, considerando-se para esse fim cada item como um contrato em apartado, salvo no caso de agrupamento de itens em lote.

12. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13. Antes da aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a comissão responsável pela apuração da infração intimará o licitante ou a CONTRATADA para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, observado o disposto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

13.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a CONTRATADA poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16. É admitida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

17. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

18. Da aplicação das sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar ou contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

18.1 O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme art. 167 da Lei nº 14.133/2021.

19. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20. Fica estabelecido que as situações omissas serão resolvidas entre as partes contratantes, respeitados o objeto do contrato, a legislação e as demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 14.133/2021, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

ANEXO I-V - EXIGÊNCIAS TÉCNICAS PARA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e outros)

1. A proponente classificada em primeiro lugar deverá apresentar:

1.1. Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica operacional em nome da proponente, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a proponente executou a contento serviço compatível com o descrito no Termo de Referência.

1.1.1. Será considerado objeto compatível a prestação de serviço de seguro total, comprovando-se no mínimo 30 % (trinta por cento) do quantitativo total do item para o qual tenha se classificado em primeiro lugar.

2. Será admitido o somatório de atestados.

3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução.

4. A licitante deve estar credenciada à SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), de forma a atender a todos os critérios, requisitos e qualificações de sua fiscalização.

MARCOS ANTÔNIO ANTUNES
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)



Documento assinado eletronicamente em **12/08/2024, às 14:13**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).

EDUARDO LUIZ LOPES ANDRADE
CHEFE DA SEÇÃO DE TRANSPORTE



Documento assinado eletronicamente em **12/08/2024, às 14:14**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em

[https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2973077&crc=26B447D1)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2973077&crc=26B447D1](https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2973077&crc=26B447D1), informando, caso não preenchido, o código verificador **2973077** e o código CRC **26B447D1**.